



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVII — Nº 159

QUARTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	12645
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	12663
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	12665
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	12667
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	12701
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	12705

Supremo Tribunal Federal

Presidência

DISTRIBUIÇÃO

SEPTUAGESIMA QUINTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1992. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI (ART. 37, I RISTF).

AS 17:00 HORAS NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUÍDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 764

ORIGEM : PIAUI
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REOTE. : ASSOCIACAO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS
REDDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUI
REDDO. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUI
DISTRIBUIDO

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 766

ORIGEM : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REOTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADV. : GABRIEL PAULI FADEL E OUTRO
REDDO. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DISTRIBUIDO

MANDADO DE INJUNCAO N. 401

ORIGEM : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. ILMAR GALVÃO
IMPTF. : GERALDO CHEALASTRE BRAGA
ADV. : JAIR SOARES DA SILVA E OUTROS
IMDDO. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
DISTRIBUIDO

MANDADO DE SEGURANCA N. 21556

ORIGEM : RONDONIA
RELATOR : MIN. ILMAR GALVÃO
IMPTF. : CAMARA MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ARQUEMES E OUTROS
ADV. : ERASTO VILLA-VEDE DE CARVALHO E OUTROS
IMDDO. : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE RONDONIA
DISTRIBUIDO

MINISTRO	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. CELSO DE MELLO	2	0	2
MIN. ILMAR GALVÃO	2	0	2
TOTAL	4	0	4

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....RHODE DOBEL BARPETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

BRASÍLIA, 14 DE AGOSTO DE 1992

MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI
PRESIDENTE

DISTRIBUIÇÃO

SEPTUAGESIMA NOVA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1992 PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO SYDNEY SANCHES (ART. 66, RISTF).

AS 17:00 HORAS NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUÍDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 767

ORIGEM : AMAZONAS
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
REOTE. : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV. : JARI VARGAS
REDDO. : GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS
REDDO. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ES. DO DO AMAZONAS
DISTRIBUIDO

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 768

ORIGEM : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO
REOTE. : UNIAO DEMOCRATICA RURALISTA NACIONAL UDR
ADV. : ANTONIO FERREIRA ALVARES DA SILVA
REDDO. : PRESIDENTE DA REPUBLICA
REDDO. : CONGRESSO NACIONAL
DISTRIBUIDO

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 769

ORIGEM : MARANHÃO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REOTE. : PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA
REDDO. : MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
DISTRIBUIDO

ACAO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 770

ORIGEM : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE
REOTE. : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA
REDDO. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
DISTRIBUIDO

MINISTRO	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. SEPULVEDA PERTENCE	1	0	1
MIN. CELSO DE MELLO	1	0	1
MIN. CARLOS VELLOSO	1	0	1
MIN. MARCO AURELIO	1	0	1
TOTAL	4	0	4

NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A PRESENTE ATA DE DISTRIBUIÇÃO.....RHODE DOBEL BARPETO, DIRETORA DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, PUBLICIDADE E ESTATÍSTICA.....ALDA VILLAS BOAS CARVALHO, DIRETORA DO DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO.

BRASÍLIA, 17 DE AGOSTO DE 1992

MINISTRO SYDNEY SANCHES
PRESIDENTE

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 343-7 DISTRITO FEDERAL

Reqte.: Procurador-Geral da República. Reqdos.: Presidente da República e Congresso Nacional.

D E S P A C H O: Expõe o caso o parecer do em. Procurador-Geral da República (f. 256):

"A presente ação tem por objeto a inconstitucionalidade, por omissão, da Lei nº 7.999, de 31 de janeiro de 1990, quanto ao efetivo cumprimento do disposto no caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Federal.

A aludida Lei nº 7.999, de 1990, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 1990, não teria observado o citado preceito constitucional, que assim dispõe:

"Art. 60 - Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental."

Por sua vez, o artigo 212 do Texto Maior prescreve:

"Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

2. Depois de resumir os fundamentos da arguição, provocada por representação do Conselho Nacional de Educação e do Deputado Oswaldo de Souza Coelho, e as informações do Congresso Nacional e da Presidência da República, conclui o il. Chefe do Ministério Público (f. 262):

"No caso em exame, o texto legal ora impugnado cuida de matéria orçamentária para o exercício financeiro de 1990. Trata-se, pois, de lei anual, de natureza temporária. Por essa razão, é forçoso convir que o não julgamento da presente ação durante o ano de 1990, fez com que seu mérito ficasse prejudicado."

3. De fato, o término do exercício financeiro regido pela lei orçamentária tornou irremediáveis os efeitos da omissão nela denunciada.

Desse modo, com base no art. 21, IX, RISTF, julgo prejudicada a presente ação direta.

Brasília, DF, 12 de agosto de 1992.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE
Relator

(AR /0001146-5) (Petição-PG-STF nº 021068)

RELATOR: MIN. NERI DA SILVEIRA
AUTOR: ADILES DE OLIVEIRA MARQUES E OUTROS
ADV. JOSE EDUARDO DA ROCHA FROTA E OUTRO
REU: MARIA THEREZA DE BARROS FRANÇA, POR SI E NA QUALIDADE DE TESTAMENTEIRA E INVENTARIANTE DO ESPOLIO DE ALVARO PRADO DE OLIVEIRA
ADV. PEDRO GORDILHO

DESPACHO:

J. por linha, como requerido.
Vista aos réus, pelo prazo de dez (10) dias.
Brasília, 10.08.92.

Ministro NERI DA SILVEIRA
Relator

(AR /0001343-3)

RELATOR: MIN. MARCO AURELIO
AUTOR: ALCIDES VICTORIO BODANESE E CONJUGE
ADV. WERNER CANTALICIO JOAO BECKER E OUTRO
REU: MADEIREIRA BARRA GRANDE LTDA
ADV. CARLOS AUGUSTO DELPIZZO

DESPACHO:

1. As partes não requereram a produção de provas - folhas 147 e 153 dos autos.
2. Abro-lhes prazos sucessivos de dez dias, para razões finais, correndo, o primeiro, contra os Autores.
3. Publique-se.
Brasília, 09.08.92.

Ministro MARCO AURELIO
Relator

HABEAS CORPUS

HC nº 69.540-0/130 - (Medida Liminar)
Impetrante: Clécio Ribeiro. Coator: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Paciente: Milton Custódio de Souza.

DECISÃO: Vistos, etc.

O advogado Clécio Ribeiro impetrou habeas corpus em favor de Milton Custódio de Souza, com pedido de liminar, para que este não seja levado a novo julgamento perante o Tribunal do Júri por homicídio duplamente qualificado, art. 121, § 2º, IV e V, mas perante o Juiz singular pelos crimes conexos de rufianismo praticado contra menor, art. 230, § 1º, e de falso testemunho praticado para produzir efeito no mesmo processo penal, art. 342, § 1º, todos do Código Penal, sendo este último em co-autoria com Edvaldo Barbosa da Silva.

O Tribunal do Júri acolheu a tese da legítima defesa por 5 votos a 2 e não se fez o julgamento dos crimes conexos. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acolheu a apelação do Ministério Público e anulou o julgamento por entender que houve afronta à evidência dos autos, determinando que outro fosse realizado, inclusive quanto aos crimes conexos.

2. O impetrante alega que não houve decisão manifestamente contrária à prova dos autos, art. 593, III, d, do C.P.P., mas o confronto de duas teses, tendo o Júri optado por uma delas, fato que não permite anular a decisão do Júri conforme precedentes desta Corte.

3. Os documentos que vieram aos autos, bem como a decisão atacada não oferecem elementos suficientes para a formação do juízo cautelar requerido.

4. Isto posto, e ausentes os pressupostos, indefiro o pedido de liminar.

5. Requistem-se as informações.

Intime-se
Brasília, 13 de agosto de 1992.

Ministro PAULO BROSSARD
Relator

(HC /0069654-6) SP

RELATOR: MIN. PAULO BROSSARD
PACTE: IVAN CLEYTON FERREIRA BUENO
IMPE: IVAN CLEYTON FERREIRA BUENO
COATOR: TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DE SAO PAULO
COATOR: JUIZ DA VARA DAS EXERCUCOES CRIMINAIS DE SAO PAULO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN
SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604-900 - Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial			Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção III	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 160.900,00	Cr\$ 41.200,00	Cr\$ 146.300,00	Cr\$ 162.700,00	Cr\$ 258.000,00
Portes:					
Superfície	Cr\$ 75.900,00	Cr\$ 37.290,00	Cr\$ 66.660,00	Cr\$ 75.900,00	Cr\$ 136.950,00
Aéreo	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 93.060,00	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 189.420,00	Cr\$ 342.540,00
Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM					
Telefone: (061) 226-6812					
Horário: 7:30 às 19:00 horas					

ADVOGADO : Dr(a). HELVECIO ROSA DA COSTA
 AGRAVADO : DJALMA CORREA E CASTRO
 ADVOGADO : Dr(a). WALTER NERY CARDOSO

PROCESSO : AI 035322 / 91 - 7 . TRT DA 8a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO
 AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL S/A
 ADVOGADO : Dr(a). HELVECIO ROSA DA COSTA
 AGRAVADO : SILVIA BORGES FORTUNATO E OUTROS
 ADVOGADO : Dr(a). GLAIRSON DIAS FIGUEIREDO

PROCESSO : AI 040749 / 91 - 7 . TRT DA 10a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 AGRAVANTE : DISTRITO FEDERAL
 ADVOGADO : Dr(a). GUILHERMINA SILVA BARROS
 AGRAVADO : RODOVALDO ALVES PONTE
 ADVOGADO : Dr(a). ROBSON FREITAS MELO

PROCESSO : RR 021280 / 91 - 2 . TRT DA 1a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : ELIE CAMARATE DA SILVA
 ADVOGADO : Dr(a). JULIA BROTERO LEFEVRE
 RECORRIDO : BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE ALBERTO COUTO MACIEL

PROCESSO : RR 021338 / 91 - 0 . TRT DA 1a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : LIGHT - SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A
 ADVOGADO : Dr(a). PEDRO AUGUSTO MUSA JULIAO
 RECORRIDO : NILTON BASTOS RIBEIRO E OUTROS
 ADVOGADO : Dr(a). PEDRO LUIZ LEÃO VELOSO EBERT

PROCESSO : RR 024769 / 91 - 8 . TRT DA 3a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO DO PROGRESSO S/A
 ADVOGADO : Dr(a). PAULO ROBERTO SILVA
 RECORRIDO : VALTER GOMES VENANCIO
 ADVOGADO : Dr(a). MARCIO TOLEDO GONCALVES

PROCESSO : RR 025172 / 91 - 7 . TRT DA 6a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : PREV-SYSTEM LTDA
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO HENRIQUE NEUENSCHWANDER
 RECORRIDO : MARIA DA CONCEICAO BARBOSA PINTO
 ADVOGADO : Dr(a). GILSON JOSE C. BRASIL

PROCESSO : RR 026484 / 91 - 7 . TRT DA 5a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
 ADVOGADO : Dr(a). CLAUDIO A.F.PENNA FERNANDEZ
 RECORRIDO : FLORENTINA SILVA DA CRUZ
 ADVOGADO : Dr(a). NEMESIO LEAL ANDRADE SALLES

PROCESSO : RR 027511 / 91 - 5 . TRT DA 3a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 COMPLEMENTO : CJ - AI 27510/91.5
 RECORRENTE : BANCO DO BRASIL S/A
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO BALSALOBRE LEIVA
 RECORRIDO : DJALMA CORREA E CASTRO
 ADVOGADO : Dr(a). WALTER NERY CARDOSO
 RECORRIDO : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL (PREVI)
 ADVOGADO : Dr(a). TALINE DIAS MACIEL

PROCESSO : RR 028860 / 91 - 6 . TRT DA 9a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANA
 ADVOGADO : Dr(a). JOAO ANTONIO DA SILVA
 RECORRIDO : SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO PARANA
 ADVOGADO : Dr(a). CLAUDIO ANTONIO RIBEIRO

PROCESSO : RR 031556 / 91 - 0 . TRT DA 4a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A E OUTRO
 ADVOGADO : Dr(a). FLAVIO PEDRO BINZ
 RECORRIDO : VITOR OLI DE OLIVEIRA GOMES
 ADVOGADO : Dr(a). LUCILA B ABDALLAH NUNES

PROCESSO : RR 032860 / 91 - 1 . TRT DA 10a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : MAURICIO COSME LAMEIRAO
 ADVOGADO : Dr(a). NILTON DA SILVA CORREIA
 RECORRIDO : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
 ADVOGADO : Dr(a). ALPIANO DO PRADO LOPES

PROCESSO : RR 032961 / 91 - 4 . TRT DA 9a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A
 ADVOGADO : Dr(a). CRISTIANA RODRIGUES GONTIJO
 RECORRIDO : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE CAMPO MOURAO
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR 033885 / 91 - 1 . TRT DA 12a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCARIOS DE RIO DO SUL
 ADVOGADO : Dr(a). PRUDENTE JOSE SILVEIRA MELLO
 RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
 ADVOGADO : Dr(a). MARGARETE BIANCHINI

PROCESSO : RR 034367 / 91 - 1 . TRT DA 1a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : ASSIS PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO : Dr(a). SANDRA MARIA DE ALMEIDA GOMES
 RECORRIDO : SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC
 ADVOGADO : Dr(a). FERNANDO BARRETO FERREIRA DIAS

PROCESSO : RR 035347 / 91 - 2 . TRT DA 6a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO BANORTE S/A
 ADVOGADO : Dr(a). NILTON DA SILVA CORREIA
 RECORRIDO : TALES DA SILVA CAVALCANTI
 ADVOGADO : Dr(a). DUVAL RODRIGUES DA SILVA

PROCESSO : RR 035639 / 91 - 9 . TRT DA 2a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE DO CARMO MENDES JÚNIOR
 RECORRIDO : AGNALDO SANCHES MARQUES
 ADVOGADO : Dr(a). MIGUEL NASCIMENTO SOARES

PROCESSO : AG - RR 036396 / 91 - 8 . TRT DA 11a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO
 AGRAVANTE : INDUSTRIA AMAZONENSE DE LENTES OFTALMICAS S/A - IALO
 ADVOGADO : Dr(a). VICTOR LUIZ DE SALLES FREIRE
 AGRAVADO : ANTONIO RAIMUNDO DOS SANTOS COSTA E OUTRO
 ADVOGADO : Dr(a). PAULO RODRIGUES DE ARAUJO

PROCESSO : RR 036791 / 91 - 1 . TRT DA 1a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - CSN
 ADVOGADO : Dr(a). EDUARDO DE ALENCAR STUDART
 RECORRIDO : PEDRO DIVINO DE MIRANDA E OUTROS
 ADVOGADO : Dr(a). EUNICE OLIVEIRA

PROCESSO : RR 037614 / 91 - 0 . TRT DA 3a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : BANCO DE CREDITO REAL DE MINAS GERAIS S/A
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE ALBERTO COUTO MACIEL
 RECORRIDO : TEREZA CRISTINA CAMPOS DE OLIVEIRA
 ADVOGADO : Dr(a). JOAO MARCIO T. COELHO

PROCESSO : RR 037687 / 91 - 4 . TRT DA 12a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : CELUCAT S/A
 ADVOGADO : Dr(a). JOAO BATISTA PINTO
 RECORRIDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PAPEL, PAPELAO E CORTICA DE LAGES
 ADVOGADO : Dr(a). DIVALDO LUIZ DE AMORIM

PROCESSO : RR 037726 / 91 - 3 . TRT DA 5a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. ALMIR PAZZIANOTTO
 REVISOR : MIN. LEONALDO SILVA
 RECORRENTE : BANCO Bamerindus do Brasil S/A
 ADVOGADO : Dr(a). ROBINSON NEVES FILHO
 RECORRIDO : FREDERICO MOURA CARDOSO E SILVA
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE TORRES DAS NEVES

PROCESSO : RR 037818 / 91 - 0 . TRT DA 12a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : COMPANHIA PAULISTA DE FERRO LIGAS
 ADVOGADO : Dr(a). JOSE PINTO DA SILVA
 RECORRIDO : DORLEI SPEZZATO
 ADVOGADO : Dr(a). CESAR AUGUSTO BARELLA

PROCESSO : RR 039341 / 91 - 6 . TRT DA 5a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
 ADVOGADO : Dr(a). CLAUDIO A. F. PENNA FERNANDEZ
 RECORRIDO : WANDIRA DE OLIVEIRA ARAUJO
 ADVOGADO : Dr(a). ULISSES RIEDEL DE RESENDE

PROCESSO : RR 040667 / 91 - 6 . TRT DA 3a. REGIÃO
 RELATOR : MIN. LEONALDO SILVA
 REVISOR : MIN. MARCELO PIMENTEL
 RECORRENTE : PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3a. REGIAO
 ADVOGADO : Dr(a). ANTONIO CARLOS PENZIN FILHO
 RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
 ADVOGADO : Dr(a). AFONSO SERGIO C. DE FARIA
 RECORRIDO : LEDA MARIA SANT'ANA
 ADVOGADO : Dr(a). BENTO ESTAQUIO DE A. CHIAPETA

OS PROCESSOS CONSTANTES DESTA PAUTA QUE NÃO FOREM JULGADOS NA SESSÃO A QUE SE REFEREM, FICAM AUTOMATICAMENTE ADIADOS PARA AS PROXIMAS QUE SE SEGUIREM, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA PUBLICAÇÃO.

MÁRCIO ANTERO DE CARVALHO
 Diretor da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

Presidência

SALA DAS SESSÕES
 ATA DA 57ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Aos treze dias do mês de agosto de hum mil novecentos e noventa e dois, às treze horas e vinte minutos, em audiência pública, realizada no Gabinete da Presidência, na presença de LUIZ MALTA COELHO, Diretor da Diretoria Judiciária, de AMÉLIA OLIVEIRA DE ANDRADE CARVALHO, Supervisora do Serviço de Processo Judiciário, de ERNESTO GUSTAVO

SCHILLO, Secretário-Geral da Presidência do STM, por o Exmº Sr. Dr. ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA, Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar, no impedimento do Ministro-Presidente, foi distribuído, no presente, o seguinte processo:

HABEAS CORPUS

Nº 32.860-2/PA

PACIENTE: ESMERALDO CARMO DE JESUS, 3º Sgt. Temp. Ex., a uso, cumprindo a pena imposta pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8ª CJM, alegando constrangimento ilegal, pede a concessão da ordem para que possa apelar em liberdade.

IMPETRANTE: Dr. Djalma de Oliveira Farias.

RELATOR: Min. Gen. Ex. JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA.

MINISTRO	DISTRIBUIÇÃO		REDISTRIBUIÇÃO	
	RELATOR	REVISOR	RELATOR	REVISOR
JORGE FREDERICO MACHADO DE SANT'ANNA	01	00	00	00
T O T A L	01	00	00	00

As treze horas e vinte e cinco minutos, não havendo mais processos a distribuir, foi encerrada a audiência, do que, para constar, eu (ERNESTO GUSTAVO SCHILLO), Secretário-Geral da Presidência do STM, lavrei a presente Ata.

Brasília, 13 de agosto de 1992.

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA
Presidente em exercício

Diretoria Judiciária

Ata de distribuição automática de processos nº 056/92
Distribuição ordinária, em 07 de agosto de 1992
Presidente o Exmº Sr. Ministro: HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
As 13:50 horas, no Gabinete da Presidência, foram distribuídos através do sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

APELAÇÃO (FE)

Nº 046733-7/SP

APELANTE: PETER RIBEIRO ROA, Sd. Ex., condenado a 08 meses de prisão, incurso no art. 187 do CPM, com o direito de apelar em liberdade.

APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 2ª CJM, de 26 de maio de 1992.

ADVOGADO: Dr. Arlovaldo Barioni Cambrara

RELATOR: RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

REVISOR: ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA (Redistribuição)

046758-8/RJ

APELANTE: WLATER JOSÉ NASCIMENTO DE MELO, Cb. Fn., condenado a 04 meses de prisão, incurso no art. 187, c/c o art. 189, inciso I, parte final, tudo do CPM.

APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 17 de junho de 1992.

ADVOGADO: Dra. Carmem Lúcia Andrade de Montesinos

RELATOR: EVERALDO DE OLIVEIRA REIS

REVISOR: ALDO DA SILVA FAGUNDES

APELAÇÃO (FO)

Nº 046757-2/MG

APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, junto a Auditoria da 4ª CJM, e o Cb. Ex. AIRTON GUEDES, condenado a 02 anos de reclusão, incurso no art. 240, par. 5º c/c o par. 7º, tudo do CPM, com o direito de apelar em liberdade.

APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 4ª CJM, de 23 de junho de 1992.

ADVOGADOS: Drs. Octavio Duval Meyer e Barros e Samaritana da Silva Correa.

RELATOR: CHERUBIM ROSA FILHO

REVISOR: ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES

Nº 046758-0/RJ

APELANTE: EMERSON VELASCO, Sd. Ex., condenado a 02 meses e 10 dias de prisão, incurso no art. 210, par. 2º do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos.

APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Exército da 1ª CJM, de 26 de junho de 1992.

ADVOGADA: Dra. Teresa da Silva Moreira.

RELATOR: ALDO DA SILVA FAGUNDES

REVISOR: RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

Nº 046759-9/AM

APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto a Auditoria da 12ª CJM e o 3º Sgt. Temp. Ex. JOSÉ RIBAMAR DA SILVA, condenado a 12 anos de reclusão, incurso no art. 205, par. 2º, incisos I e IV, c/c o art. 70, inciso II, tudo do CPM, com a pena acessória de exclusão das Forças Armadas.

APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 15 junho de 1992.

ADVOGADO: Dr. João Thomas Luchsinger

RELATOR: RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

REVISOR: EDUARDO PIRES GONÇALVES

Nº 046760-2/RJ

APELANTE: SIDNEI RAMOS DOS SANTOS, Sd. Aer., condenado a 08 meses de prisão, incurso, por desclassificação, no art. 240, par. 1º, do CPM, com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos.

APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria de Aeronáutica da 1ª CJM, de 04 junho de 1992.

ADVOGADA: Dra. Marilena da Silva Bittencourt

RELATOR: PAULO CÉSAR CATALDO

REVISOR: GEORGE BELHAM DA MOTTA

Nº 046761-0/DF

APELANTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 11ª CJM.

APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 11ª CJM, de 26 de junho de 1992, que absolviu o civil ARTUR ALEXANDRE VASCONCELOS BEZERRA CAVALCANTE, do crime previsto no art. 205, c/c o art. 30, inciso I, tudo do CPM.

ADVOGADO: Dr. Mauro Antonio Cardoso

RELATOR: WILBERTO LUIZ LIMA

REVISOR: ALDO DA SILVA FAGUNDES

HABEAS CORPUS

Nº 032859-9/SP

PACIENTES: CLAUDIO ANTUNES DE OLIVEIRA, Cb. PM/SP, ARISTIDES GOLBERT, ALMIR ANSELMO DE AQUINO e GLAUCO APARECIDO ALVES DE ARAÚJO, Sds. PM/SP, presos por decisão do Conselho de Justiça Militar da 2ª Auditoria do Estado de São Paulo, alegando constrangimento ilegal, pedem, liminarmente, a concessão da ordem para que possam ser postos em liberdade.

IMPETRANTE: Dr. Jose Orlando Soares

RELATOR: EDUARDO PIRES GONÇALVES

RECURSO CRIMINAL (FO)

Nº 06043 5/BA

RECORRENTE: RICARDO LUIS ABREU DO COUTO, 1º Ten. Ex.

RECORRIDA: A Decisão do Exmº Sr. Juiz-Auditor da Auditoria da 6ª CJM, de 03 de julho de 1992, que indeferiu o pedido de extinção da punibilidade pelo prescrição retroativa formulada pelo Recorrente.

ADVOGADA: Dra. Ronilda Noblat

RELATOR: ALDO DA SILVA FAGUNDES

Por prevenção da Correição Parcial (FO) Nº 1359-0/BA

Nº 06044-3/DF

RECORRENTE: O EXMº SR. JUIZ-AUDITOR DA AUDITORIA DA 11ª CJM, de ofício.

RECORRIDA: A Decisão do Exmº Sr. Juiz-Auditor da Auditoria da 11ª CJM, de 03 de agosto de 1992, que concedeu reabilitação ao Cb. FN. JUVENAL CORREIA DA SILVA.

ADVOGADO: Dr. Alexandre Lobão Rocha

RELATOR: LUIZ LEAL FERREIRA

REPRESENTAÇÃO (FO)

Nº 01070-6/PA

O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 8ª CJM, representa contra o Gen. Brig. VALDÉSIO GUILHERME DE FIGUEIREDO, com base no art. 40, inciso IX, alínea "A" da Lei de Organização Judiciária Militar e art. 6º, inciso I, do RI/STM.

RELATOR: WILBERTO LUIZ LIMA

MINISTROS	DISTRIBUIÇÃO		REDISTRIBUIÇÃO	
	RELATOR	REVISOR	RELATOR	REVISOR
ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA	0	0	0	1
ALDO DA SILVA FAGUNDES	2	2	0	0
ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES	0	1	0	0
CHERUBIM ROSA FILHO	1	0	0	0
EVERALDO DE OLIVEIRA REIS	1	0	0	0
EDUARDO PIRES GONÇALVES	1	1	0	0
GEORGE BELHAM DA MOTTA	0	1	0	0
LUIZ LEAL FERREIRA	1	0	0	0
PAULO CÉSAR CATALDO	1	0	0	0
RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO	1	1	0	0
WILBERTO LUIZ LIMA	2	0	0	0
TOTAIS	10	6	0	1

Nada mais havendo, foi encerrada a presente Ata de Distribuição, e eu, ANTONIO ALVES CRISPIM, Vice-Diretor da Diretoria Judiciária no exercício da Diretoria, a subscrevo.

Brasília, 07 de agosto de 1992

HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
Presidente

SEÇÃO DE ACÓRDÃO E JURISPRUDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE DECISÕES E EMENTAS

APELAÇÃO

46.492-3 - AM - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Cherubim Rosa Filho. Rev. e Rel. p/o Ac. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Aptes.: O MPM junto à Aud. da 12ª CJM e WANDERNAYLLEN TAVARES LAURINDO, Sd. Aer., condenado a 06 meses de detenção, incurso no art. 187, c/c o art. 72, inciso I, ambos do CPM, com o direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 12ª CJM, de 31.07.91. Adv. Dr. João Thomas Luchsinger.

DECISÃO: POR MAIORIA, o Tribunal, preliminarmente, declarou extinta a punibilidade, pela ocorrência da prescrição da ação penal. (Sessão de 28.04.92).

EMENTA: CRIME DE DESERÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL. COEXISTÊNCIA E CONCILIA BILIDADE DAS REGRAS POSTAS NOS ARTS. 125 e 132 DO CPM. Desertor menor, capturado e julgado no ano de 1990, com processo nulificado ab initio pela Suprema Corte. Nova relação processual instaurada mais de um ano após a primeira, quando já extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, considerada a impossibilidade jurídica da reformatio in pejus indireta. Exegese da regra especial contida no art. 132 do CPM que, textualmente, tem por destinatário o trãnsfuga - aquele que permanece na situação de desertor. Tratamento diferenciado do militar capturado e reincorporado às FF.AA., que passa à qualidade de Réu do crime

de deserção, a quem aplicável a regra geral fixada no art. 125, VII, do CPM. Acolhimento da preliminar suscitada pelo Revisor, declarando-se extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva. Decisão majoritária.

46.571-5 - MS - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Cherubim Rosa Filho. Rev.Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. Aptes.: O MPM junto à Aud. da 9ª CJM e LAU CÍDIO CORREA DOS SANTOS, civil, condenado a 12 anos de reclusão, incurso no art. 205, § 2º, inciso I, do CPM, com direito de apelar em liberdade. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 9ª CJM, de 24.09.91. Adv. Drs. Abadio Marques de Rezende, Clodoaldo Alves de Jesus e Jorge Antonio Siu fi.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal deu provimento parcial a ambos os apelos para, mantendo a Sentença a quo, alterar a sua fundamentação para o art. 205, § 2º, inciso IV, do CPM. (Sessão de 11.06.92)

EMENTA: HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO FÚTIL. TRAIÇÃO. LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA. VIOLENTA EMOÇÃO. 1. Restando comprovado nos autos que antes do crime ocorreu discussão entre vítima e réu, descaracterizada está a qualificadora de MOTIVO FÚTIL. Por outro lado, não há que se confundir motivo fútil com motivo injusto. 2. TRAIÇÃO. Comprovado durante a instrução criminal que o réu disparou sua arma contra a vítima, pelas costas, tipificada está a TRAIÇÃO FÍSICA, erigida no CPM à categoria de qualifi-

cadora (art. 205, § 2º, inciso IV). "A forma típica de acometimento à traição é a que colhe a vítima de chofre, pelas costas" (NELSON HUNGRIA) 3. LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA. Para sua caracterização, é necessário que alguém, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, refute agressão injusta, atual e iminente, a direito seu ou de outrem. 4. VIOLENTA EMOÇÃO. Esta minorante facultativa da pena somente pode ser considerada quando ficar suficientemente comprovado que o réu sofreu injusta provocação da vítima, isto é, antijurídica e sem motivo razoável, de modo a lhe causar justa indignação. Parcialmente providos ambos os apelos. Decisão unânime.

46.652-7 - PA - Rel. Min. Alte. Esq. Raphael de Azevedo Branco. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: O MPM junto à Aud. da 8ª CJM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 8ª CJM, de 17.02.92, que absolveu o 3º Sgt. Mar. MAX ALEXANDRE PORPHIRIO, do crime previsto no art. 188, inciso I, c/c o art. 189, inciso I, tudo do CPM. Adv. Dr. José Opônio de Oliveira Filho.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal deu provimento ao apelo para condenar o recorrido a 03 meses de prisão. (Sessão de 09.06.92).

EMENTA: CRIME DE DESERÇÃO. MUDANÇA DE SEDE DE PRAÇA GRADUADA - 3º SARGENTO, com 09 anos de serviço. Esgotado o prazo atinente ao período de trânsito, impõe-se ao militar apresentar-se na OM para a qual fora designado. Havendo causa obstativa para a mudança, compete-lhe apresentar-se em unidade militar da localidade onde se encontra. A apresentação após o período de graça consumou o crime de deserção. Intimação, in casu, do acusado a apresentar-se, sob pena do cometimento criminoso, que resultou in albis. Ausência do invocado erro de fato. Provido o apelo Ministerial. Decisão unânime.

46.653-3 - DF - Rel. Min. Gen. Ex. Wilberto Luiz Lima. Rev. Min. Dr. Antonio Carlos de Nogueira. Aptes.: RICARDO CARDOSO RIBEIRO, Sd.Ex., condenado a 07 meses de prisão, incurso nos arts. 157, e 157, § 3º, c/c o art. 209, e PAULO MENDES DA SILVA, Sd.Ex., condenado a 07 meses e 06 dias de prisão, incurso nos arts. 157, e 157, § 3º, c/c o art. 209, tudo do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 11ª CJM, de 12.02.92. Adv. Drs. Elizabeth Diniz Martins Souto e Alexandre Lobão Rocha.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal deu provimento parcial a ambos os apelos para: a) reduzir a pena imposta ao Sd.Ex. RICARDO CARDOSO RIBEIRO a 06 meses de prisão, como incurso, POR MAIORIA, nos arts. 157 e 209, c/c o art. 79, tudo do CPM. b) reduzir a pena imposta ao Sd. Ex. PAULO MENDES DA SILVA, POR MAIORIA, a 04 meses e 24 dias de prisão, na conformidade dos arts. 157 e 209, c/c o parágrafo único do art. 30, arts. 70, II, a, e 79, tudo do CPM. POR UNANIMIDADE, foi negado o sursis a ambos os apelantes. (Sessão de 02.06.92).

EMENTA: VIOLENCIA CONTRA SUPERIOR. Conduta delituosa com resultado de lesão corporal na vítima. Autoria, materialidade e culpabilidade comprovadas. Inocorrência da legítima defesa e de perda da qualidade de superior hierárquico. Apelos providos parcialmente. Decisão majoritária.

46.655-0 - RS - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar George Belham da Motta. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: EDSON GEORGE DE DEUS, 2º Sgt. Aer., condenado a 03 meses de detenção, incurso no art. 195 do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da 1ª Aud. da 3ª CJM, de 12.02.92. Adv. Drs. João Bosco Laner e Silvio Paulo Araldi.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 16.06.92).

EMENTA: ABANDONO DE POSTO - Recurso objetivando a absolvição sob a tese de que não houve o abandono de posto, tendo o Apelante, apenas, se afastado do serviço. Escala de serviço comprovando a designação para a função de Sargento-de-Dia ao E. I. no dia 19 de abril de 1991. Abandono de posto apurado em Sindicância e confessado em Juízo. Negado provimento ao recurso. Decisão unânime.

46.687-0 - DF - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Rev. Min. Dr. Antônio Carlos de Seixas Telles. Apte.: BELCREI ADIR CAMPANHARO, Sd.FN., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 11ª CJM, de 29.04.92. Adv. Dr. Alexandre Lobão Rocha.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 23.06.92).

EMENTA: DESERÇÃO - Delito instantâneo e de mera conduta plenamente configurado nos autos. Obrigatoriedade do recurso. Inteligência do art. 47, inciso I, letra "e", da LOJM. Apelo improvido. Decisão unânime.

46.689-6 - DF - Rel. Min. Alte. Esq. José do Cabo Teixeira de Carvalho. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: WANDERLEY JERÔNIMO DA SILVA, Ch.Ex., condenado a 08 meses de prisão, incurso no art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 11ª CJM, de 24.04.92. Adv. Dr. Alexandre Lobão Rocha.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 25.06.92).

EMENTA: DESERÇÃO. Art. 187 do CPM. Crime formal que se consuma com a simples ausência do militar por período superior a 08 dias. Delito comprovado. Pena dentro dos parâmetros adotados pelo ESTM. Manutenção da Sentença de 1ª instância. Decisão uniforme.

46.690-0 - DF - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Cherubim Rosa Filho. Rev. Min. Dr. Paulo César Cataldo. Apte.: MARCELO SILVA SANTOS, Sd.Ex., condenado a 04 meses de prisão, incurso no art. 187, c/c o art. 189, inciso I, parte final, do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da Aud. da 11ª CJM, de 10.04.92. Adv. Dr. Alexandre Lobão Rocha.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 23.06.92).

EMENTA: DESERÇÃO. EXÉRCITO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. Restan-

do caracterizado, provado e confessado, não há que se falar em absolvição do apelante. Recurso improvido. Decisão unânime.

46.693-4 - RS - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar George Belham da Motta. Rev. Min. Dr. Aldo Fagundes. Apte.: JUADES ADÃO DE SOUZA, Sd.Ex., condenado a 06 meses de prisão, incurso no art. 187 do CPM. Apda.: A Sentença do CPJ da 2ª Aud. da 3ª CJM, de 09.04.92. Adv. Dra. Zeni Alves Arndt.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao apelo. (Sessão de 23.06.92).

EMENTA: DESERÇÃO - Apresentação voluntária quatro anos após a consumação do delito. Alegações defensivas incomprovadas. Incidência da Súmula nº 3/STM. Delito configurado e admitido. Negado provimento ao apelo. Decisão unânime.

HABEAS CORPUS

32.850-5 - CE - Rel. Min. Alte. Esq. Raphael de Azevedo Branco. Pacte.: EURIDES GERALDO DE SOUZA, 1º Sgt.Ex., alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do Sub-Comandante do 50º BIS, no exercício do Comando, pede, liminarmente, a concessão da ordem para que seja expedido o salvo conduto provisório a fim de que possa retornar a sua unidade militar, até o julgamento do mérito. Impte.: Dr. José Heleno Lopes Viana.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal não conheceu da impetração. (Sessão de 30.06.92).

EMENTA: HABEAS CORPUS. PUNIÇÃO DISCIPLINAR. Oportunidade e conveniência. Reexame pelo Poder Judiciário. Impossibilidade. Inteligência do art. 5º, inciso LXI da Constituição Federal. Não conhecimento da impetração ante a ausência de pressupostos autorizativos à admissão do writ. Decisão unânime.

QUESTÃO ADMINISTRATIVA

251-8 - DF - Rel. Min. Dr. Eduardo Pires Gonçalves. O Exmo. Sr. Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar submete ao reexame do Plenário deste Tribunal a decisão constante da Questão Administrativa nº 249-6 (DF).

DECISÃO: POR MAIORIA, foi acolhida a proposta da Presidência para, revirando a decisão proferida na Questão Administrativa nº 249-6 (DF), manter o statu quo ante dos militares da ativa colocados à disposição do Tribunal, ou seja, agregados em função militar, na forma do art. 81, inciso I, do Estatuto dos Militares, percebendo a remuneração da Força, acrescida da gratificação pela Representação de Gabinete, suprimindo-se-lhes, porém, a percepção das gratificações Judiciária e Extraordinária, por incompatíveis com as funções de natureza militar, pelos mesmos exercidas nesta Corte. (Sessão de 30.04.92).

EMENTA: QUESTÃO ADMINISTRATIVA. PAGAMENTO A MILITARES DA ATIVA, COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL, DE GRATIFICAÇÕES DESTINADAS ÀS ATIVIDADES INERENTES À FUNÇÃO JUDICIÁRIA E ÀQUELES QUE OCUPAM CARGOS EFETIVOS OU PERTENÇAM AOS QUADROS DA JUSTIÇA MILITAR. Os militares da ativa colocados à disposição do Superior Tribunal Militar, o estão em função militar, nos termos do art. 81, inc. I, do Estatuto dos Militares, não exercem cargos e sim encargos e não pertencem às Secretarias do Tribunal ou das Auditorias e sim aos Gabinetes dos Ministros e da Presidência. Militar em função militar não faz jus às gratificações que, legalmente, são concedidas aos servidores do STM e das Auditorias, no exercício de cargo efetivo ou em comissão, caso da Gratificação Judiciária (Decreto Lei nº 2.173/84) e Gratificação Extraordinária (Lei nº 7.760/89). Acolhida a proposta da Presidência para, revisando a Decisão proferida na Questão Administrativa nº 249-6, manter o statu quo ante dos militares da ativa colocados à disposição do Tribunal, ou seja, agregados em função militar, na forma do art. 81, inc. I, do Estatuto dos Militares, percebendo a remuneração da Força, acrescida da Gratificação pela Representação de Gabinete, suprimindo-se-lhes, porém, as Gratificações Judiciária e Extraordinária, por serem incompatíveis com as funções de natureza militar exercidas pelos mesmos nesta Corte Castrense. Decisão majoritária.

252-6 - RJ - Rel. Min. Ten. Brig. do Ar Cherubim Rosa Filho. Repte.: CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES, Juiz-Auditor Substituto da 1ª Aud. Mar. da 1ª CJM; FRANCISCO FERNANDES RODRIGUES, Juiz-Auditor da 1ª Aud. Mar. da 1ª CJM; EDMUNDO FRANCA DE OLIVEIRA, Juiz-Auditor da 2ª Aud. Mar. da 1ª CJM e ROBERTO DE LIMA E SILVA, Juiz-Auditor Substituto da 2ª Aud. Mar. da 1ª CJM, requerem correção monetária sobre valores recebidos em decorrência da aplicação da Lei nº 7.723, de 06.01.89.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal decidiu converter os autos em diligência, determinando ao Diretor-Geral que traga os autos informações sobre como o STJ efetuou o pagamento objeto do pleito, se corrigido ou não monetariamente. (Sessão de 09.06.92).

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal deferiu o pedido. (Sessão de 16.06.92)

EMENTA: VENCIMENTOS PAGOS COM ATRASO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. Efe-

tuando a Administração pagamento de vencimentos com atraso e em seus valores originais, sujeita-se a corrigir monetariamente o respectivo débito. Pedido deferido. Decisão unânime.

RECURSO CRIMINAL

6.034-6 - PA - Rel. Min. Alte. Esq. Luiz Leal Ferreira. Recte.: O MPM junto à Aud. da 8ª CJM. Recda.: A Decisão da Exma. Sra. Juíza-Auditora da Aud. da 8ª CJM, de 02.04.92, que declarou a Justiça Militar competente para processar e julgar o 2º Sgt. Ex. AUGUSTO JOSÉ BATISTA DA SILVA e o 3º Sgt. Ex. PAULO ROBERTO HOLZ. Adv. Dr. Ariosvaldo de Gois Costa Homem.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal deu provimento ao recurso no sentido de reconhecer a incompetência da Justiça Militar para processar e julgar os indiciados com relação aos crimes praticados, em tese, contra os associados civis do CSSM. Ainda, POR UNANIMIDADE, tendo em vista o disposto no art. 512 do CPPM, o Tribunal considerou incompetente esta Justiça Especializada para processo e julgamento do feito pelos motivos aduzidos no Acórdão, declinando de sua competência, em ambos os casos, em favor do Juízo da Comarca de Marabá (PA), incumbindo a Auditoria de origem da remessa dos autos. (Sessão de 30.06.92).

EMENTA: RECURSO CRIMINAL - Pedido de declinatória fori. Restrição de seu âmbito nas razões de recurso. Infringência ao disposto no art. 512 do CPPM, por ser defeso ao Procurador Militar desistir sequer restringindo-o nas razões, o que importa desistência parcial. No mérito, ato ilícito praticado por militar da ativa, eleito em Assembleia para os cargos de Presidente e de Tesoureiro do Clube dos Subtenentes e Sargentos de Marabá - sociedade irregular, haja vista a falta de registro do Estatuto Social em órgão competente - configura delito de natureza comum. Irrelevância, in casu, a natureza da sociedade se de existência "irregular" ou de "direito". DECISÃO UNÂNIME.

6.038-9 - RS - Rel. Min. Gen. Ex. Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Recte.: PAULO CÉSAR GONÇALVES DOS SANTOS, Sd.Ex., Recda.: A Decisão do CPJ da 3ª Aud. da 3ª CJM, de 30.04.92, que manteve a competência jurisdicional da Justiça Militar Federal para processar e julgar o recorrente. Adv. Dr. Airton Fernandes Rodrigues.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal não conheceu do recurso, por falta de amparo legal, reconhecendo, porém, a existência de conflito positivo

de competência, determinando a remessa dos autos ao E.S.T.J. (Sessão de 30.06.92).

EMENTA: RECURSO CRIMINAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR - Acidente de trânsito. Vítimas militar e civil. Agente denunciado perante a Justiça Militar e Comum pela prática dos mesmos fatos. Exceção de incompetência não oposta pela defesa no prazo legal. Descabimento do recurso inominado. Existência de conflito positivo de competência. Recurso não conhecido. Remessa dos autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça. Decisão unânime.

(Publicação para fins do art. 132 § 2º do RI/STM)

6.039-7 - RJ - Rel. Min. Dr. Paulo César Cataldo, Recte.: A Exma. Sra. Juíza-Auditora da 3ª Aud.Ex. da 1ª CJM, de ofício. Recda.: A Decisão da Exma. Sra. Juíza-Auditora da 3ª Aud.Ex. da 1ª CJM, de 25.05.92, que concedeu reabilitação ao Cap.Ex. JAIME MUNIZ PINTO. Advas. Dras. Mariza Pereira do Couto e Ana Maria David Cortez.

DECISÃO: POR UNANIMIDADE, o Tribunal negou provimento ao recurso. (Sessão de 30.06.92).

EMENTA: REABILITAÇÃO. RECURSO DE OFÍCIO. Falsa identidade. Delito, in casu, insuscetível de gerar reparação. Demais pressupostos atendidos. Recurso improvido. Decisão unânime.

Brasília, 13 de agosto de 1992.

LUIZ MALTA COELHO
Diretor da DIJUR

PROCESSOS COM DECISÕES TRANSITADAS EM JULGADO, RELACIONADOS NO MES DE JUN/JUL DE 1992, NOS
TERMOS DO ART. 26, II, LETRA "H", DAS NORMAS DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
(ATO Nº 5.418, DE 30.09.80)

APELAÇÃO Nº	NOME	AUDITORIA	TRANSITOU PARA		OFÍCIO SETEA Nº	DIA
			M. P. M.	DEFESA		
46.498-0 FO	PAULO CESAR DO CARMO	3ª AUDEX	-	26.05.92	339	02.06.92
46.402-8 FE	CARLOS RONALDO DA SILVA FAGUNDES	1ª/3ª CJM	-	26.05.92	347	02.06.92
46.572-5 FE	ELIVAN PEREIRA	AUD 10ª	-	26.05.92	351	02.06.92
46.358-5 FO	MARIGILDO DEMASI E LUIZ FERNANDO DEMASI	AUD 12ª	27.03.92	13.04.92	357	05.06.92
46.525-3 FE	VALDEMIR SOARES	2ª/3ª CJM	-	01.06.92	359	10.06.92
46.630-6 FE	VALDINEI APARECIDO DE ARAÚJO	AUD 11ª	-	08.06.92	360	10.06.92
46.586-3 FO	AILSON GOES DA SILVA E ALINOR PRAXEDES LIMA CAMPOS	AUD 12ª	28.05.92	-	361	10.06.92
46.531-8 FE	MARCO ANTONIO DIEZ LEAL	2ª/3ª CJM	-	28.06.92	358	10.06.92
46.620-7 FO	JOÃO DO CARMO E SILVA JUNIOR	AUD 8ª CJM	05.06.92	-	374	10.06.92
46.524-5 FE	ANDRÉ BATISTA DE LIRA	2ª AUDEX	-	11.05.92	389	22.06.92
46.545-6 FO	HERIVELTO COUTO CORRÊA	1ª AUDMAR	-	08.06.92	390	22.06.92
46.623-3 FE	AMÉRICO RICARDO DA SILVA	1ª AUDMAR	-	25.05.92	391	22.06.92
46.560-0 FO	ALBERTO PEREIRA DE AMORIM	1ª AUDMAR	-	19.05.92	392	22.06.92
46.635-7 FE	CARLOS ATAIDE DE OLIVEIRA NORONHA	2ª AUDMAR	-	08.06.92	393	22.06.92
46.570-7 FO	THASSILO POLANO DE ALMEIDA	2ª AUDAER	-	21.05.92	394	22.06.92
46.376-3 FO	VOLMIR DE MATTOS E JOSÉ CARLOS BRUM	3ª/3ª CJM	-	07.02.92	396	22.06.92
46.619-5 FE	MARCOS ANTONIO RIBEIRO DA COSTA	AUD 7ª CJM	-	01.06.92	397	22.06.92
46.596-2 FE	MARIVALDO ADRIANO MARQUES SANTOS	AUD 8ª CJM	-	14.05.92	398	22.06.92
46.591-1 FE	SANDRO LOPES PINHEIRO	2ª AUDEX	-	20.05.92	405	22.06.92
46.604-5 FO	ANTONIO JORGE DE OLIVEIRA CABRAL	AUD 12ª	-	25.05.92	399	22.06.92
46.600-2 FO	MARCO ANTONIO FERREIRA SOBRINHO	1ª AUDEX	-	25.05.92	401	22.06.92
46.457-3 FO	PEDRO BITTENCOURT LOPES E LUIZ FERNANDO PAIVA REIS	AUD 8ª CJM	-	05.06.92	408	22.06.92
46.359-3 FO	KLEBER SALES DE LIMA	AUD 10ª	27.03.92	25.05.92	409	22.06.92
46.606-1 FO	MARCUS ANTONIO COUTINHO ALVES DA SILVA	1ª/2ª CJM	-	10.06.92	415	22.06.92
46.555-5 FE	JOSÉ FRANCISCO ALVES DINIZ	1ª AUDMAR	-	15.06.92	420	25.06.92
46.638-1 FE	NATALÍCIO ALVES PEREIRA	1ª/3ª CJM	24.06.92	-	422	25.06.92
46.602-0 FE	ANDRÉ LUIZ LEIVAS GONÇALVES	1ª/3ª CJM	-	17.06.92	423	25.06.92
46.598-7 FE	CARLOS VANER KÓS SANTOS	AUD 11ª	04.05.92	22.06.92	433	26.06.92
46.631-2 FO	CLISOMAR LIMA SILVA	AUD 11ª	-	19.06.92	435	26.06.92
46.443-7 FO	RUBENS RODRIGUES DA SILVA	1ª AUDAER	-	26.05.92	340	02.06.92
45.918-2 FO	OLEGÁRIO MACIEL DA SILVA FILHO	1ª AUDEX	-	12.02.92	387	22.06.92
46.444-5 FO	JOSÉ CARLOS LOURENÇO DA SILVA	1ª AUDAER	-	28.05.92	395	22.06.92
46.069-5 FO	IMANOEL LOPES DE ALMEIDA	AUD 11ª	-	26.05.92	437	29.06.92
46.569-3 FO	FLÁVIO LIMA FEITOSA	2ª AUDEX	-	15.06.92	447	13.07
46.608-0 FE	MÁRCIO NEVES MENDONÇA	2ª AUDEX	-	29.06.92	448	13.07
46.643-8 FE	IVALDO ALVES DE SANTANA	AUD 11ª	-	26.06.92	449	13.07
46.644-6 FE	JURANDIR DE JESUS XAVIER	AUD 11ª	-	25.06.92	450	13.07
46.574-1 FE	WANDER LUIS DO NASCIMENTO CARDOSO	AUD 11ª	-	26.06.92	451	13.07
46.549-9 FO	CARLOS ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS	AUD 5ª CJM	01.07.92	-	452	13.07
46.549-9 FO	PAULO ROBERTO MEDEIROS MACHADO E ELIAS ALMEIDA DOS SANTOS	AUD 5ª CJM	01.07.92	-	452	13.07
46.549-9 FO	PAULO SÉRGIO OLIVEIRA DOS SANTOS E ROBERTO CARLOS DOS SANTOS	AUD 5ª CJM	01.07.92	-	452	13.07
46.533-2 FO	CARLOS ANTONIO BARZONI DUTRA	1ª/3ª CJM	25.05.92	-	467	17.07
46.650-0 FE	RUDNEI DE OLIVEIRA SANTOS	3ª/2ª CJM	-	29.06.92	471	21.07
46.615-2 FE	RICARDO SAMPAIO SOARES	AUD 12ª	-	29.06.92	474	21.07
46.550-4 FE	JORGE DA SILVA MENEZES	2ª AUDMAR	-	18.06.92	482	24.07
46.617-7 FO	AGAMENON LISBOA DE ALMEIDA E CARLOS ALBERTO RODRIGUES PINHO	1ª AUDEX	-	22.06.92	483	24.07
46.487-5 FO	SEBASTIÃO OLIVEIRA DA SILVA E NILSON DO NASCIMENTO COSTA	1ª AUDEX	12.02.92	-	485	24.07
46.487-5 FO	NILSON DO NASCIMENTO COSTA	1ª AUDEX	-	07.05.92	485	24.07
46.309-7 FO	WILSON JOSÉ DOS SANTOS	3ª AUDEX	-	02.09.91	489	28.07
46.352-8 FE	WESLEY FERREIRA CAETANO	3ª AUDEX	-	02.09.91	488	28.07
H. CORPUS						
32.829-7	MILTON DO SANTO	1ª/3ª CJM	-	26.05.92	343	02.06
32.831-9	JOÃO CARLOS DIAS DA SILVA	1ª/3ª CJM	-	26.05.92	346	02.06
32.828-9	OZILEI FERREIRA DE OLIVEIRA	AUD 8ª CJM	-	26.05.92	353	02.06
32.834-3	MARCOS EVANDRO DE ARAÚJO	1ª AUDEX	-	19.06.92	404	22.06
32.837-8	HILDEMÁRIO BATISTA DE AMORIM	1ª AUDMAR	-	19.06.92	406	22.06
32.819-0	EDIVAN GOMES LACERDA	AUD 11ª	-	05.06.92	412	22.06
32.832-7	ANTONIO ESTEVAM GONÇALVES DE SOUSA	AUD 11ª	-	05.06.92	413	22.06
32.830-0	ANTONIO TARIACY MESSIAS BARROS	AUD 11ª	-	05.06.92	414	22.06
32.833-5	RONALDO ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS	1ª/3ª CJM	-	05.06.92	417	22.06
32.841-6	JARDEL BARBOSA DE SOUSA	AUD 12ª	-	06.07.92	468	17.07
32.838-6	MARCIO LUIS REIS CALDAS	2ª AUDEX	-	06.07.92	470	21.07
32.840-8	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA NERY	AUD 12ª	-	06.07.92	475	21.07
32.836-0	AURINO MARQUES DOS SANTOS	AUD 12ª	-	06.07.92	476	21.07
REVISÃO CRIMINAL						
1.239-3	FÁBIO ANTUNES DA SILVA	IIIº COM AER REG.	-	14.10.91	434	26.06

Nº	NOME	AUDITORIA	TRANSITOU PARA		OFÍCIO SETEA Nº	DIA
			M.P.M.	DEFESA		
REPRESENTAÇÃO P/DECLARAÇÃO DE IN DIGNIDADE	ANTONIO CESAR SCHWENK	GAB MINISTRO DA MARINHA	-	05.06.92	403	22.06
EMBARGOS						
46.520-6 FO	IRINEU MOLEND	AUD 5ª	-	22.06.92	473	21.07
45.388-5 FO	AIRTON APARECIDO DE OLIVEIRA E CARLOS ROBERTO MORAES BARBOSA	1ª/2ª CJM	-	12.06.92	480	24.07
46.346-5 FO	EMÍLIO DA SILVA BARBOSA JÚNIOR E CARLOS AUGUSTO PARAENSE DA CONCEIÇÃO	AUD 8ª	-	29.06.92	481	24.07
	ROSA DE MENEZES BELOTA, Supervisora do SETEA; Visto: LUIZ MALTA COELHO, Diretor da DIJUR; AMÉLIA OLIVEIRA DE ANDRADE CARVALHO, Supervisora da SEJUD.					

Secretaria do Tribunal Pleno

PAUTA Nº 091

- APELAÇÃO Nº 46.682-7 - Relator Ministro José do Cabo Teixeira de Carvalho. Revisor Ministro Paulo Cesar Cataldo. Advs Ors Edgar Leite dos Santos e Anne Elisabeth Nunes de Oliveira.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. EM 17/08/92

899008959-0	AG / 132279
AUTOR	: CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA
REU	: SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE VEICULOS NO ESTADO DE SAO PAULO
899009504-2	AG / 133266
AUTOR	: TOSHIBA DO BRASIL S/A
REU	: ESTADO DE SAO PAULO
899009736-3	AG / 133278
AUTOR	: COMERCIO DE MALHAS JAGUARIBE LTDA
REU	: CEZIDIO BISTOLFI
899009786-0	AG / 133275
AUTOR	: ESTADO DO ESPIRITO SANTO
REU	: ADIUAZ SANTANA SILVA
909000071-2	AG / 133518
AUTOR	: RALPH ELIE MALLMANN CANETTI
REU	: DUTY ESPORTES E PRESENTES LTDA
909000304-5	AG / 133861
AUTOR	: JOSE MARIA DOS REIS
REU	: ARLINDO RICON DE FREITAS
909000331-2	AG / 133832
AUTOR	: BANCO ECONOMICO DE INVESTIMENTO SA
REU	: MANOEL DA SILVA MOURA
919001089-2	AG / 137199
AUTOR	: IRMAOS ROQUETTI & CIA LTDA
REU	: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRATORES
919002516-4	RE / 136901
AUTOR	: CHAFIC SADDI
REU	: CONSTANTINO DE OLIVEIRA
919006818-1	RE / 139207
AUTOR	: UNIAO FEDERAL
REU	: MORSE FARIAS CARDOSO FILHO
929004550-7	HC / 69307
AUTOR	: JOAO CARLOS AUSTREGESILLO DE ATHAYDE
REU	: TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO DE JANEIRO
PACTE	: JAEDER ALBERGARIA FILHO

929005037-3	HC / 69316
AUTOR	: JOSE CARLOS RICARDO
REU	: TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DE SAO PAUL
PACTE	: JOSE CARLOS RICARDO
929005820-0	AG / 144354
AUTOR	: ESTADO DE SAO PAULO
REU	: CYNIRA DEL BIANCO E OUTROS
929005831-5	AG / 144214
AUTOR	: ESTADO DE SAO PAULO
REU	: ENEDINA BOTTEON E OUTROS
929005903-6	AG / 144329
AUTOR	: HYEROCLO ELOY PESSOA DE BARROS NETO
REU	: ESTADO DE SAO PAULO
929005952-4	AG / 143057
AUTOR	: NOSSA CAIXA-NOSSO BANCO S/A
REU	: JOSE ADOLFHO DA SILVA GORDO FILHO
929006055-7	AG / 144581
AUTOR	: ESTADO DE GOIAS
REU	: SEBASTIANA GONCALVES DE DEUS E OUTRO
929007323-3	HC / 69539
AUTOR	: ARY FIRMO COUTINHO FILHO
REU	: TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACTE	: ARAMIS FIRMO COUTINHO
929007366-7	RCL / 398
AUTOR	: OLIVIO BALLICO
REU	: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARANA
929007451-5	HC / 69527
AUTOR	: SERGIO AGUIAR
REU	: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ITAJUBA
PACTE	: SERGIO AGUIAR
929008269-0	RCL / 390
AUTOR	: PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA
REU	: TRIBUNAL DE JUSTICA DO RIO GRANDE DO SUL
929008665-3	HC / 69495
AUTOR	: PROCURADOR DE JUSTICA DO MINISTERIO PUBLICO DO DISTRTO FEDERAL
REU	: TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL
PACTE	: MARIA JOSE FERNANDES
TOTAL DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.F. : 22	
RELACAO DE PROCESSOS REMETIDOS AO S.T.J. EM 17/08/92	
900000791-7	MS / 320-0
AUTOR	: JAIR BARBOSA MARTINS
ADV	: PEDRO MORA SIQUEIRA
REU	: MINISTRO DE ESTADO DA JUSTICA
900013512-5	RESP / 6882-0
AUTOR	: FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO
REU	: GRAFICA SAO JOAO LTDA
910002524-0	RESP / 8243-0
AUTOR	: JAURY PAGNONCELLI
REU	: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANA
910007364-4	MS / 882-0
AUTOR	: JOAO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI
REU	: MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA
910008106-0	RMS / 988-0
AUTOR	: ADEMILTON DE ALCANTARA BARBALHO
ORIGEM	: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPDO	: PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO CONSELHO DA MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO
REU	: ESTADO DE PERNAMBUCO

910008432-8	RESP / 10623-0 AUTOR : HILTON DO BRASIL LTDA REU : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO	920006334-9	MS / 1594-9 AUTOR : DAYSY VIRMOND KIRYLA REU : MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO
910009486-2	RESP / 10994-0 AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO REU : FRANCISCO MANOEL FERNANDES OU FRANCISCO FERNANDES		REU : DIRETOR DO TESOIRO NACIONAL
910010924-0	RMS / 1066-0 AUTOR : PROTOCOLO COMPUTADORES LTDA ORIGEM : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3a. REGIAO IMPDO : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-SP REU : UNIAO FEDERAL	920006958-4	RESP / 20522-4 AUTOR : REGINALDO HOLANDA ALBUQUERQUE REU : CNPD - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO
910012503-2	RESP / 12011-0 AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE GOIAS REU : BENEDITO FERREIRA COSTA	920006984-3	CC / 2917-9 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : EVERALDO DE GOIS SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE INQUERITOS E POLICIA JUDICIARIA DE SAO PAULO-SP
910012821-0	AG / 13433-0 AUTOR : ELIAS GOMES DE UZEDA REU : FAZENDA DO ESTADO DE SAO PAULO		SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE GUAIRA-PR
910013657-3	AG / 13798-0 AUTOR : MUNICIPALIDADE DE SAO PAULO REU : HORACIO SALDATTI NETO INTERES : SONIA MARIA JOSE MARSIGLIO MATRICARDI	920007010-8	CC / 2927-1 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : PERCY BERNARDONI REU : DENIVAL MAIA REU : OLIVAL CELESTINO ANJO SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DO DEPARTAMENTO DE INQUERITOS POLICIAIS E POLICIA JUDICIARIA DE SAO PAULO-SP
910015603-5	AG / 14440-0 AUTOR : CIA/ DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA-CODEBA REU : AGENCIA MARITIMA GRANEL LTDA		SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS-SP
910018631-7	RESP / 14613-0 AUTOR : S/A O ESTADO DE SAO PAULO AUTOR : EMPRESA EDITORIAL O' LIBERAL LTDA REU : ALVARO VICENTE DE LUCA		SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE IBIPORA-PR
910020460-9	CC / 2399-0 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : JOAO GOMES DE MORAES SUSCTE : JUIZO DE DIREITO DE SIQUEIRA CAMPOS-PR SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE JOAQUIM TAVORA-PR SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE TAQUARITUBA-SP	920007448-0	CC / 2957-0 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : WALTER MARCELLO VISCONTI SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 4A VARA CRIMINAL - SP SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA 10A VARA CRIMINAL DE SAO PAULO-SP
910021222-9	CC / 2434-0 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : EDSON MONTEIRO BENTO OU OSVALDO ALVES FERREIRA OU DANIEL JUNQUEIRA DE OLIVEIRA SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DO ESTADO DE SAO PAULO-SP SUSCDO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO	920007702-1	AG / 20635-4 AUTOR : ROSEMARY DA COSTA RAMOS REU : WALCY ALVES RIOS
910024100-8	MS / 1410-0 AUTOR : AMADEU BORGES DE LIMA AUTOR : AREZOLY PACHECO DA SILVA AUTOR : ANTONIO LOPES PRUDENCIO AUTOR : RONALD GUARANY DE SOUZA FREITAS AUTOR : JOSE ARAUJO DE NOBREGA AUTOR : MINISTRO DE ESTADO DE EXERCITO	920007967-9	RESP / 20828-6 AUTOR : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO REU : BERTOLINO LEANDRO NOGUEIRA
920000967-0	MS / 1448-0 AUTOR : ADAUT BOZZELLI AUTOR : ARLINDO ANTONIO HORBACH AUTOR : AURORA MENDES DOS REIS REU : MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E DA PREVIDENCIA SOCIAL	920007977-6	AG / 20786-3 AUTOR : COLUMBIA AUTO ONIBUS LTDA REU : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
920001570-0	CC / 2752-0 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : ALMIR ARCANJO DA SILVA SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RN SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE MISIA FLORESTA-RN	920008297-1	CC / 2993-3 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : SIDNEI DA SILVA REU : VLADEMIR RODRIGUES REU : VLADIMIR MARTINS DE OLIVEIRA SUSCTE : JUIZO FEDERAL DA 6A VARA CRIMINAL - SP SUSCDO : TRIBUNAL DE ALCADA CRIMINAL DO ESTADO DE SAO PAULO
920001612-0	AG / 18597-0 AUTOR : MARIA ODETTE SERRANO DE ABREU REU : FREDERICO DE CARVALHO LEOMIL-ESPOLIO	920008334-0	RESP / 20930-8 AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL REU : SAMUEL JAGER REU : ARISTIDES DE CARVALHO FILHO REU : FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO REU : MARCIO RICARDO COUTINHO REU : VANIA BEATRIZ CURADO REU : TEREZA CRISTINA BORROS CUPERTINO
920002241-3	CC / 2781-0 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : ANTONIO CARLOS GOMES PEREIRA SUSCTE : JUIZO AUDITOR DA 3A AUDITORIA DA 3A CIRCUNSCRICAO JUDICIARIA MILITAR EM SANTA MARIA-RS SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DE REALEZA-PR	920009403-1	AG / 21490-9 AUTOR : ESTADO DO RIO DE JANEIRO REU : HENY PACHECO DE GUIMARAES
920005238-0	RESP / 19604-0 AUTOR : BRASILMEDICAL INSTRUMENTOS MEDICOS LTDA REU : UNIAO FEDERAL	920009543-7	HC / 1255-0 AUTOR : JOSE ANTERO BITTENCOURT FABRICIO BARCELLOS REU : DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PASTE : AMADO JESUS GONCALVES DA SILVA PACTE : CLENI ANTONIO RIBEIRO MACHADO
920005372-6	RESP / 19655-0 AUTOR : ESTADO DE GOIAS REU : SEBASTIAO MAURICIO DE CASTRO	920009546-1	AR / 328-9 AUTOR : ANACILNO VALERIO ALVES REU : UNIAO FEDERAL
920006330-6	MS / 1591-3 AUTOR : EDINEE VIRMOND WERNECK REU : MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO REU : DIRETOR DO TESOIRO NACIONAL	920010022-8	CC / 3027-3 AUTOR : JUSTICA PUBLICA REU : PAULO SERGIO DE ASSUNCAO SUSCTE : JUIZO AUDITOR DA 3A AUDITORIA DA JUSTICA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO SUSCDO : JUIZO DE DIREITO DA 17A VARA CRIMINAL DE SAO PAULO-SP
920006333-0	MS / 1593-7 AUTOR : CALAMA LOTEAMENTO E ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA REU : MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA FAZENDA E PLANEJAMENTO REU : DIRETOR DO TESOIRO NACIONAL	920010508-4	MS / 1684-0 AUTOR : BANCO ECONOMICO S/A REU : MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA
		920012345-7	MS / 1712-0 AUTOR : LETICIA SALDANHA CAIAFFO REU : SEGUNDO GRUPO CIVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL